

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Plano Regional de Ordenamento do Território



VOLUME II
Caracterização e Diagnóstico

FEVEREIRO 2004

- Economia e Desenvolvimento

ANEXO B

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. O ALGARVE NA ECONOMIA NACIONAL	7
3. DINÂMICAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO ALGARVE.....	12
4. AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES DE DESENVOLVIMENTO.....	20
4.1. As forças e as fragilidades	20
4.2. As oportunidades e ameaças.....	22
4.3. As questões centrais do desenvolvimento económico.....	23
5. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO.....	25
5.1. A evolução tendencial	25
5.2. Robustecer a base económica regional	26

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de Caracterização e Diagnóstico no domínio da Economia e Desenvolvimento visa o objectivo de proporcionar uma imagem prospectiva da situação actual, identificar as linhas de tendência e as questões estratégicas a considerar nas fases posteriores do processo de revisão do PROTAL.

A boa prática nos trabalhos de planeamento aconselha a que se preste uma particular atenção à análise da validade dos consensos que se foram estabelecendo à volta da realidade em causa. Uma das grandes dificuldades de abordar a economia Algarvia reside precisamente no facto de estar formada uma imagem desta região, que uma multiplicidade de trabalhos replica, sendo elevado o risco de repetir o que já é, por demais, conhecido.

Neste quadro, não estaria em causa uma caracterização monográfica da região, mas procurar responder a três questões que se consideram essenciais:

- Quais são as fragilidades da dinâmica económica da região e de que modo condicionam as perspectivas de desenvolvimento futuro?
- Qual será o quadro económico num horizonte de médio prazo se prosseguirem as tendências recentes no que respeita à inserção da região na economia nacional?
- Em que sentido poderá evoluir a diversificação e consolidação da economia regional?

O texto está organizado em quatro capítulos.

No primeiro, procura-se situar a economia do Algarve no contexto nacional, menos numa perspectiva estática de caracterização e mais procurando qualificar a sua evolução. Desse capítulo ressaltam cinco ideias fundamentais:

- A importância económica do Algarve é superior à importância da actividade que se desenvolve no espaço regional. Embora esta represente apenas 3.6% da economia do País, o Algarve é responsável por cerca de metade do turismo internacional de Portugal e, em consequência por cerca de 8% das exportações nacionais de bens e serviços. Noutra perspectiva, o Algarve será responsável por cerca de 5% do total da procura final da nossa economia.
- A evolução da economia, assente nas actividades turísticas e num mercado imobiliário muito activo, tem sido acompanhada por uma desvalorização relativa dos outros recursos regionais, em particular da mão-de-obra como é indiciado pela evolução relativa das remunerações, embora o Algarve seja uma das regiões de mão-de-obra mais qualificada.
- A dinâmica de desenvolvimento do Algarve permitiu que nos anos 70 e, em menor grau, na década de 80 esta região tenha evidenciado um salto muito significativo nos índices de desenvolvimento relativo, vindo a situar-se na média do país. No entanto, as características do seu desenvolvimento implicaram sérios desequilíbrios na economia regional. Esses desequilíbrios são evidentes, em particular a três níveis: (i) desequilíbrios nas relações extra-regionais, com o Algarve, apesar das receitas turísticas, a ter um défice de cerca de 20% do seu PIB nas relações extra-regionais; (b) desequilíbrios na organização territorial da economia, com cerca de 2/3 da economia regional concentrada nos concelhos de Faro, Loulé, Portimão e Albufeira e um processo que não se tem conseguido estancar de despovoamento da Serra; (c) desequilíbrios na estrutura económica que ameaçam a posição relativa do Algarve no contexto nacional.

- Os elementos disponíveis apontam para que a evolução da economia do Algarve não tenha assegurado às famílias residentes o acompanhamento do todo nacional no que se refere ao crescimento dos rendimentos. Na década de 90 poderá ter perdido 5 pontos percentuais no indicador PIB *per capita* relativamente à média nacional e as receitas médias dos agregados familiares poderão ter perdido 18 pontos. Quando associados a outros elementos, como a tendência para a perda de peso relativo no que respeita às empresas sediadas na região e mesmo das dormidas na hotelaria, não pode deixar de colocar-se uma interrogação sobre a solidez da evolução económica do Algarve.
- No entanto, o Algarve continua a ser um dos espaços economicamente mais “desenvolvidos” do País. A nível de NUTS III – que por maior equilíbrio na dimensão territorial é mais adequada a comparações envolvendo o Algarve – ocupava, em 2000, a 4ª posição em termos de PIB *per capita*, a seguir à Grande Lisboa, Região Autónoma da Madeira e Grande Porto.

O segundo capítulo analisa, de forma mais pormenorizada a estrutura produtiva do Algarve e os processos do seu crescimento económico. Dos elementos de análise destacam-se as seguintes conclusões:

- A economia do Algarve assenta em três pilares fracamente controlados pela região. Cerca de 3/5 da economia regional estão associados – directa ou indirectamente – à procura turística, à construção civil e às despesas da administração pública. Trata-se de uma forte dependência de procura sobre cujos determinantes a região tem uma fraca capacidade de influência, na medida em que mesmo a construção se destina em grande parte a compradores de fora da região. Acresce que, do lado da oferta, o controlo regional é também limitado como é evidenciado pelo reduzido peso das sociedades sedadas no espaço algarvio.
- O peso da agricultura algarvia situava-se em 2000 à volta dos 4.5% do VAB agrícola nacional. Embora os activos na agricultura representem ainda 6.4% da população activa empregada, a agricultura apenas contribui com cerca de 4% para o VAB da região – uma perda de 2 pontos percentuais entre 1995 e 2000. Alguns nichos vêm revelando recentemente um dinamismo interessante, mas continuam por concretizar as grandes potencialidades agrícolas da região.
- Outra característica marcante da economia do Algarve é o fraco peso da indústria transformadora. Não se trata apenas de a indústria transformadora não ter conseguido acompanhar a forte dinâmica regional, mas de um verdadeiro declínio do emprego industrial. Entre 1991 e 2000 os empregos formais no sector reduziram-se em 1200, redução que afectou todos os concelhos mais relevantes industrialmente, à excepção de Loulé. Para além de sobrevivência de algumas unidades de transformação de produtos da pesca e da agricultura (semente de alfarroba) e da adaptação de algumas indústrias que anteriormente se encontravam inseridas noutras cadeias de valor (tipografias, construção naval), o essencial da indústria do Algarve funciona dentro da lógica das actividades dominantes – turismo e construção civil.
- A construção civil é o sector mais dinâmico da economia do Algarve, com uma taxa de crescimento do VAB, entre 1995 e 2000, dupla da do conjunto da economia regional. No país, a construção civil foi, também, indiscutivelmente o sector motor, mas a taxa de crescimento no Algarve foi 1.5 vezes a verificada a nível nacional.
- Quando se toma como padrão o volume da população e por comparação com o espaço nacional, constata-se que o turismo ainda não teve o impacto que se poderia esperar em serviços como o comércio, os transportes e os serviços sociais. O VAB destes sectores por habitante na região mantém-se abaixo do correspondente índice nacional.

- Indiciando as grandes potencialidades da região, a evolução da economia do Algarve revela no período mais recente (1995-2000) um traço muito significativo que importa destacar e que se traduz num crescimento globalmente mais rápido do que a economia nacional, em resultado de, por um lado, uma especialização no sector dos serviços que, no geral tiveram um comportamento mais rápido do que a média da economia, e por outro, de todos os sectores na região - à excepção do alojamento e restauração e das actividades financeiras - terem tido no Algarve um melhor comportamento do que no conjunto do país. Mesmo o VAB da indústria transformadora teve no Algarve um crescimento superior ao do conjunto do País.
- Em síntese, a economia do Algarve vinha evidenciando um crescimento mais rápido do que a economia nacional, embora no período 1995-2000 um sector tão importante na economia regional como o do “alojamento e restauração” não tenha, na região, acompanhado o crescimento que registou no conjunto do País. O melhor desempenho regional, em relação à média do país, nos restantes sectores (à excepção dos transportes) põe em evidencia as potencialidades da região e permite perspectivar uma maior diversificação da sua estrutura produtiva.

O terceiro capítulo procura sistematizar as forças e fraquezas do Algarve e as oportunidades e ameaças que se colocam ao seu desenvolvimento. As forças e fraquezas são consideradas em relação aos cinco vectores do “motor de desenvolvimento”: pessoas, ideias, organização, capital/empresários e território. Do lado das ameaças, merecem uma chamada de atenção aquelas que podem decorrer da incapacidade de gestão do território e dos efeitos perversos da mudança da inserção da região nas grandes eixos de transporte à escala ibérica e europeia. A síntese (provisória) das forças e fraquezas e das oportunidades e ameaças conduz à identificação de cinco questões centrais para o desenvolvimento da economia regional numa perspectiva de longo prazo:

- Preservar a imagem internacional, construída na base dos recursos turísticos, como elemento chave para a atractividade de populações com diferentes inserções profissionais e de diferentes origens internacionais. A qualificação e diversificação das actividades turísticas, ampliando os motivos de atracção e pondo “mais serviço” na oferta, é não apenas um objectivo mas também um meio, o que dá ao turismo todo o seu carácter estratégico.
- Ganhar escala e fomentar “economias de aglomeração”, o que passa por assegurar as condições de crescimento da população, por ampliar o mercado regional e pela afirmação de aglomerações urbanas funcionalmente competitivas que criem espaços de densificação de relações económicas e sociais. A estruturação urbana será uma questão vital na perspectiva de uma maior inserção no contexto europeu e ibérico.
- Explorar a posição geográfica (em associação com o clima e recursos naturais) para atrair funções económicas que se coloquem na perspectiva dos mercados ibérico e europeu e resistir ao risco de “diluição” na esfera de influência das principais aglomerações do sudoeste ibérico (Lisboa, Madrid ou Sevilha).
- Contrariar o estreitamento da percepção das oportunidades da região e valorizar as actuações que diversifiquem e robusteçam as iniciativas empresariais. A exploração das oportunidades que resultam da presença de interesses económicos internacionais, a densificação das relações económicas intra-regionais e o ganho de um maior “enraizamento” da economia regional são aspectos a considerar e que exigem a explicitação do modo como são contraditórios ou complementares.

- Preservar a sustentabilidade do mercado imobiliário, pelo menos numa óptica de médio prazo, como suporte da actividade económica e como condição de qualificação. A qualidade do ordenamento e do ambiente é essencial para impedir que possa surgir uma espiral de desqualificação/depreciação

Finalmente, no quarto capítulo, começa-se por analisar a evolução económica possível da região no horizonte 2015, a partir dos cenários tendenciais que o GEPE do Ministério da Economia elaborou para a economia nacional. Se se mantiver o diferencial de crescimento dos diferentes sectores entre a região e a economia nacional, o Algarve poderá ter o VAB a crescer a taxas médias anuais que poderão ser de cerca de 6 décimas de ponto percentual superiores às da economia nacional. Isto significará um reforço do peso do Algarve na economia nacional, mas poderá, nalguns cenários demográficos, não ser suficiente para compensar o diferencial de crescimento da população, o que poderá degradar a posição do Algarve no que respeita ao índice de PIB *per capita*. Se os ganhos de produtividade continuarem a ser responsáveis por 70% do crescimento do VAB, o cenário tendencial poderá significar um acréscimo de emprego à taxa anual de 1% (hipótese baixa) ou 1.4% (hipótese alta). A evolução dos diferentes sectores aponta, no entanto, para a importância de encarar três questões fundamentais:

- O desafio de melhorar significativamente o desempenho do sector terciário, a começar pelas actividades de alojamento e restauração, para resistir à possível degradação da posição competitiva no contexto nacional;
- O desafio da sustentabilidade de taxas elevadas de crescimento no sector da construção, até aqui tornadas possíveis pela produção de habitação para usos sazonais;
- O desafio de encontrar formas de sustentar o recente diferencial de crescimento do sector agrícola, piscatório e industrial, que poderá ser transitório se não houver medidas adequadas de suporte.

Neste sentido equacionam-se as linhas possíveis de diversificação e robustecimento da economia regional, que deverá passar pela diversificação dos produtos turísticos, pela consolidação de uma base industrial, pelo surgimento de serviços de exportação e pela ampliação da capacidade exportadora da agricultura e pescas.

Nesta fase, não se considerou suficiente a informação para tratar três questões que são fundamentais.

Em primeiro lugar, é necessário aprofundar a caracterização dos actores económicos regionais e as suas estratégias territoriais. A caracterização da estratégia dos grupos económicos com interesses na região e dos novos portadores de iniciativas empresariais será um aspecto central para a identificação das perspectivas de desenvolvimento territorial. A recolha de projectos inovadores e a compreensão dos mecanismos do seu surgimento será também um elemento importante.

Em segundo lugar, há que avaliar os factores externos que poderão condicionar o desenvolvimento do Algarve. Alguns desses factores são imediatamente identificáveis (novo quadro de acessibilidades, novo quadro de fiscalidade sobre o património imobiliário, o impacte dos programas operacionais). Outros, como o futuro quadro financeiro, terão de ser explorados a partir de hipóteses a aprofundar.

Finalmente, parece indispensável que seja reequacionada a problemática de desenvolvimento da Serra, face à manifesta persistência de factores de degradação das suas potencialidades.

A análise dos resultados que têm vindo a ser atingidos pelas diversas intervenções dirigidas a este espaço será o ponto de partida, mas importa que seja aprofundada a clarificação da natureza dos obstáculos ao desenvolvimento desta parte do território Algarvio.

Estas questões estão a ser trabalhadas para enquadramento da fase posterior do trabalho.

2. O ALGARVE NA ECONOMIA NACIONAL

Os indicadores tradicionais nem sempre são adequados para avaliar a importância económica de uma dada região, na medida em que, para além da actividade económica exercida no espaço regional, é necessário ter em conta os efeitos multiplicadores nas economias de outras regiões.

O Algarve é um dos casos em que os indicadores usuais do emprego ou do PIB regional não dão bem conta da sua importância económica no contexto do país. Mais do que uma região com a sua economia própria, o Algarve, enquanto destino turístico e marca conhecida internacionalmente, é um elemento importante da especialização internacional da economia portuguesa.

O Algarve é responsável por cerca de metade do turismo internacional de Portugal e, em consequência por cerca de 8% das exportações nacionais de bens e serviços¹. Noutra perspectiva, o Algarve será responsável por cerca de 5% do total da procura final da nossa economia².

No entanto, a região não tem conseguido internalizar os efeitos da procura externa, sendo, pelo menos desde os anos 80, uma região deficitária e não tendo desenvolvido um potencial produtivo em correspondência com a sua *valia* nacional.

O Algarve na Economia Nacional

% do Algarve no total do País	1991	2001
População	3.46	3.81
Residentes empregados	3.39	3.87
PIB	3.63	3.73 (*)

(*) 2000- os valores não são directamente comparáveis com 1991, devido a quebra de série.

A economia do Algarve tem-se mantido à volta dos 3.6% da economia nacional, num processo, que vem dos anos 60, de uma crescente especialização nas actividades turísticas. Esse processo apresenta quatro características fundamentais:

- Uma forte polarização da economia nas actividades turísticas que o já referido trabalho de WTTC estima possam representar 45% do PIB e 37% dos postos de trabalho da região, aumentando para 66% do PIB e 60% dos postos de trabalho quando se consideram os efeitos induzidos sobre a restante economia³.
- Um mercado imobiliário muito activo, dinamizado por fenómenos especulativos e por uma grande procura de residência de férias e residências secundárias, dando origem a uma oferta de camas turísticas paralelas que alguns estimam no triplo do alojamento classificado. Em

1 Estimativa baseada em dados de WTTC, Algarve: o impacte das viagens & turismo no emprego e na economia e Banco de Portugal, Relatório Anual 2002.

2 Este número baseia-se em cálculos para 1994, a partir de CIDER, Quadro de Entradas e Saídas para a Região do Algarve 1994: Matriz Input-Output. No entanto, a evolução de outros indicadores permite supôr que não estará muito desactualizado.

3 Parece evidente uma sobreavaliação do impacte do sector viagens & turismo, quando se compara a estimativa do número de dormidas com o “consumo por visitantes não residentes”. A matriz input-output de 1994 aponta para números diferentes: o consumo de não residentes representava 17% da procura final e uma indução (efeitos directos e indirectos) de 20% do VAB regional. No entanto, os dois instrumentos são coerentes a nível da conclusão de que 3/5 da economia regional estão dependentes do turismo, da construção civil e do sector público.

1999, as actividades imobiliárias representavam um VAB quase igual ao das actividades de alojamento e restauração e, em 2001, 48% dos alojamentos eram de uso sazonal ou estavam vagos. Os alojamentos de uso sazonal aumentaram 63% na última década (106 mil em 2001).

- Um forte declínio relativo das actividades agrícolas e industriais, a ponto de o Algarve não ter hoje significado na indústria nacional (0.8% do VAB industrial nacional). A polarização da iniciativa empresarial e a disputa dos factores de produção (solo, trabalho e capital) pelas actividades terciárias coarctou a possibilidade de desenvolvimento destes sectores⁴.
- Uma desvalorização relativa da força de trabalho, em resultado da especialização em actividades pouco exigentes em qualificações. Essa desvalorização é patente na evolução das remunerações (ganho médio mensal) que em 1991 se situava nos 96% da média nacional e veio a decair regularmente para 90% dessa média no ano 20005.

A dinâmica de desenvolvimento do Algarve permitiu que nos anos 70 e, em menor grau, na década de 80 esta região tenha evidenciado um salto muito significativo nos índices de desenvolvimento relativo, vindo a situar-se na média do país⁶. No entanto, as características acima referidas implicaram sérios desequilíbrios na economia regional. Esses desequilíbrios são evidentes, em particular a três níveis: (a) desequilíbrios nas relações extra-regionais, (b) desequilíbrios na organização territorial da economia e (c) desequilíbrios na estrutura económica que ameaçam a posição relativa do Algarve no contexto nacional.

Em primeiro lugar, sendo as economias regionais sistemas fortemente abertos, elas só poderão crescer na medida em que disponham de capacidades internas que lhes permitam reter e multiplicar internamente os efeitos da procura extra-regional ou de injeção de rendimentos externos. Neste aspecto e apesar da importância das receitas turísticas, a economia algarvia vem sendo uma economia deficitária. De acordo com os últimos dados⁷, a região do Algarve vende ao exterior (a não residentes) 43% de tudo o que produz e importa 33% de tudo o que consome. Em termos do VAB, as percentagens seriam, respectivamente, 70% e 90%, significando um défice nas relações comerciais extra-regionais de 20% do produto regional.

São a aquisição de direitos de propriedade imobiliária, os investimentos (privados e públicos) e as transferências públicas que restabelecem o equilíbrio e geram os estímulos de procura que dinamizam a economia regional.

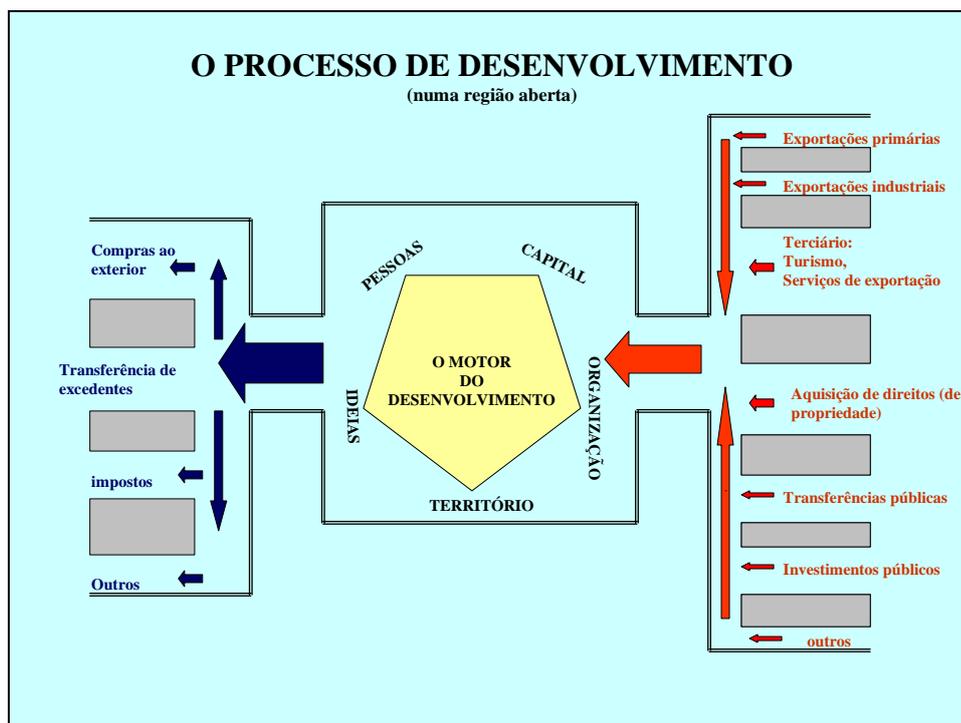
A previsível tensão a que serão submetidas as finanças públicas, as incertezas quanto às disponibilidades futuras de fundos comunitários e a insustentabilidade dos ritmos de construção tornam urgente o reforço da capacidade produtiva regional não apenas para densificar a malha produtiva e dar resposta à procura, mas para encontrar novos domínios de competitividade nos mercados extra-regionais. Esses novos espaços de competitividade terão de ser encontrados a partir do turismo: em primeiro lugar, diversificando os produtos e reforçando o serviço turístico e, depois, fazendo com que a procura turística seja o veículo para dinamização de outros nichos do potencial económico regional.

4 Os economistas arranjam uma designação – “doença holandesa” – para caracterizar a situação em que a exploração de um recurso natural de grande procura no mercado – neste caso, sol e praia – entrava o desenvolvimento de outras actividades económicas.

5 Fonte: Quadros de Pessoal

6 Como adiante se verá, nos anos 90 existem fortes indícios de se ter invertido o processo de ganho de posição relativa da economia do Algarve.

7 Matriz Input-Output, 1994. O mesmo resultado se havia obtido num exercício similar realizado pelo NERU/ISEG no início dos anos 80.



Em segundo lugar, as tendências associadas à crescente concentração na actividade turística, predominantemente dirigida para o litoral, vieram traduzir-se numa forte pressão urbanística sobre os concelhos directamente ligados ao mar, em particular na sua faixa costeira, enquanto nas zonas do interior se assiste à desertificação humana e ao declínio da actividade económica. Os concelhos de Faro, Loulé, Portimão e Albufeira concentram cerca de 2/3 do emprego formal⁸ e 59% do poder de compra da região⁹. Na região que apresentou o maior crescimento populacional, os concelhos de Vila do Bispo, Castro Marim, Alcoutim e Monchique perderam população no período 1991/2001.

Em terceiro lugar, e talvez o aspecto mais marcante, parece evidente um desequilíbrio entre o crescimento e o desenvolvimento da região.

O Algarve registou na última década um rápido crescimento. Apresentou a mais elevada taxa de crescimento da população (16%: tripla da média nacional), passou de 3.46% da população do país em 1991 para 3.81%, em 2001 e no mesmo período cresceu em mais 65 mil o número de alojamentos clássicos.

No entanto, esse rápido crescimento não foi acompanhado de transformações qualitativas que permitissem a manutenção dos indicadores relativos de desenvolvimento no contexto nacional:

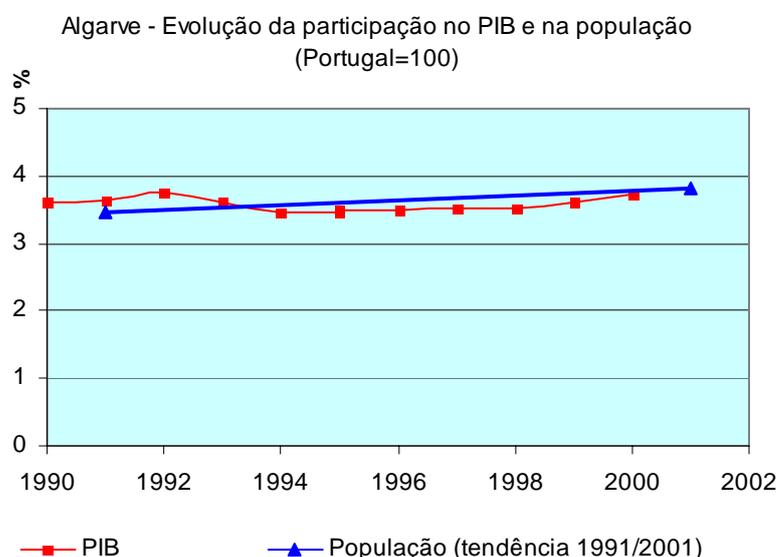
- Os números sugerem a diminuição do indicador PIB *per capita* relativamente à média nacional: um aumento da percentagem da população de 3.46% para 3.81% poderá ter sido acompanhado apenas por um aumento da percentagem do PIB de 3.63% para 3.73%. Pese

⁸ Sempre que a referência for o “emprego formal” está em causa o emprego em estabelecimentos com trabalhadores por conta de outrem, à excepção da Administração Pública (dados dos Quadros de Pessoal).

⁹ INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

embora a quebra da série do PIB ocorrida em 1995, aquele índice poderá ter-se reduzido em cerca de 5 pontos percentuais entre 1991 e 2001¹⁰.

- A tendência para um “empobrecimento” relativo da região face à média nacional é confirmada pela evolução das receitas médias dos agregados familiares que passam de 102% da média nacional em 1989, para 89.9% em 1995 e 83.8% em 2001¹¹. Esta queda ilustra uma característica fundamental da economia do Algarve: a propriedade extra-regional dos sectores mais importantes da economia, não sendo retida na região uma parte significativa do excedente gerado. O Algarve representa 3.6% da economia nacional, mas as sociedades com sede na região foram, em 2000, responsáveis por apenas 1.6% do volume de vendas das sociedades com sede em território nacional.



Este elementos apontam para que a evolução da economia do Algarve não tenha assegurado às famílias residentes o acompanhamento do todo nacional no que se refere ao crescimento dos rendimentos e, quando associados a outros como a tendência para a perda de peso relativo no que respeita às empresas sedadas na região (5.31% em 1994 e 4.97% em 2001) e mesmo das dormidas na hotelaria (46.98% em 1995 e 41.42% em 2001), suscitam a interrogação sobre a solidez da evolução económica do Algarve¹².

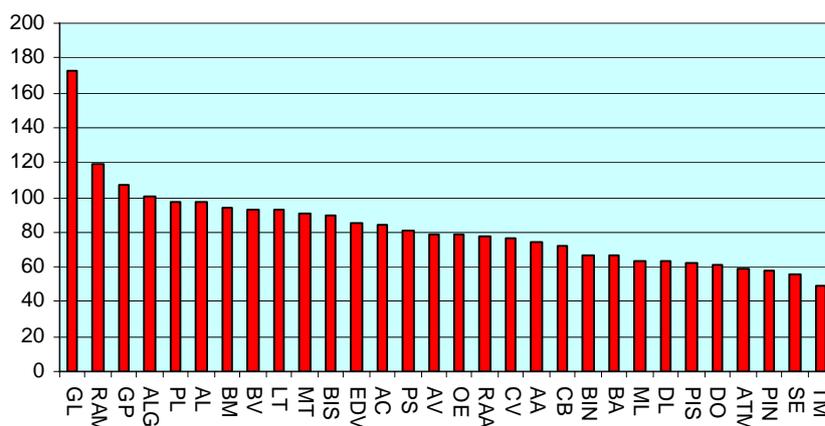
10 A região do Algarve passou de um índice do PIB per capita (Portugal=100) de 105 em 1991 para 100 em 1995 na anterior série e de 99 para 97, respectivamente em 1995 e 1999, na nova série. O último valor conhecido reporta-se a 2000, é ligeiramente superior à média nacional (101) e, embora represente um salto significativo relativamente ao ano anterior e sugira a possibilidade de uma inversão do sentido negativo a partir de 1998, situa-se quatro pontos abaixo do valor do início da década.

11 INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000.

12 A economia informal/clandestina que poderá ser invocada para relativizar alguns destes números seria, em si mesma, o maior sintoma da fragilidade da estrutura económica regional. Em qualquer caso haveria que discutir ainda em que medida essa economia aproveita a residentes ou entidades sediadas na região.

No entanto, o Algarve continua a ser um dos espaços economicamente mais “desenvolvidos” do País. A nível de NUTS III – que por maior equilíbrio na dimensão territorial é mais adequada a comparações envolvendo o Algarve – ocupava, em 2000, a 4ª posição em termos de PIB per capita, a seguir à Grande Lisboa, Região Autónoma da Madeira e Grande Porto. No período 1995-2000 esta posição vinha-lhe sendo disputada pelo Alentejo Litoral (em virtude do enclave industrial de Sines) e pelo Pinhal Litoral (sobretudo em resultado do denso tecido industrial da zona de Leiria-Marinha Grande).

PIB per capita por NUTS III, 2000
(Portugal=100)



Maiores níveis de Produto per capita não se traduzem de imediato em maior desenvolvimento social e o Algarve não ocupava, em 1999, senão a 13ª posição (entre as 30 unidades territoriais NUTS III) no Índice de Desenvolvimento Social (IDS) calculado pelo DPP13. Refira-se, no entanto, que este índice - que agrega indicadores de educação, longevidade e nível de conforto das habitações – tem uma pequena amplitude de variação entre as diversas unidades territoriais.

Mas, mais importante que os níveis de produto per capita – que são um frágil indicador de desenvolvimento, nomeadamente porque não têm em conta a estrutura do tecido produtivo – interessa discutir a capacidade de a economia valorizar as potencialidades do território e a sua aptidão para enfrentar uma realidade em permanente mudança. Aqui colocam-se duas importantes questões.

Em primeiro lugar, coloca-se a questão de como passar de um modelo de crescimento em extensão para um modelo assente em mecanismos de qualificação e de reforço de valor acrescentado, o que passa pela identificação de pólos de excelência, pela densificação das relações económicas regionais e uma maior internalização dos impactes da procura externa e pela diversificação para novos nichos de actividades dinâmicas e competitivas.

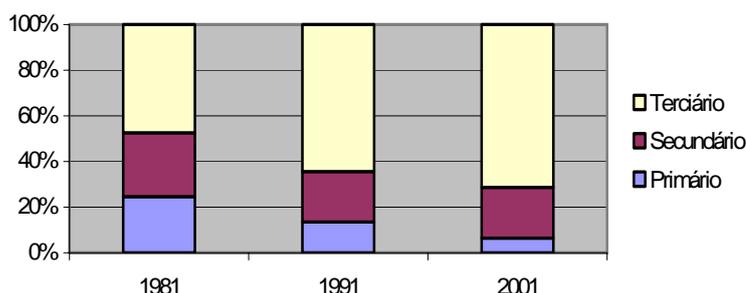
A segunda questão liga-se à dinâmica empresarial local. Alguns indicadores sugerem que o Algarve é das regiões de maior potencial de iniciativa revelada, mas essa iniciativa orienta-se para actividades de elevada precariedade, frequentemente sazonais, de pequena dimensão e com baixas taxas de sobrevivência, de onde a necessidade de introduzir elementos de mudança que dêem mais consistência à iniciativa empresarial endógena não se limitando à simples replicação de iniciativas banais num mercado limitado.

13 DPP, População e Desenvolvimento Humano, uma perspectiva de quantificação 1970-1999, Lisboa 2002

3. DINÂMICAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO ALGARVE

É sobejamente conhecido que a dinâmica do crescimento do Algarve se tem apoiado quase exclusivamente nos serviços turísticos e na dinâmica de construção aos mesmos associada. O sector terciário afirmou-se como o principal empregador e em 2001 representava já mais de 71% dos activos residentes.

Evolução da estrutura sectorial dos activos residentes



O sector secundário, depois de uma forte queda de importância relativa durante a década de 70, estabiliza posteriormente à volta de 22% dos activos, embora com 2/3 desse peso pertencendo à construção civil.

Neste aspecto, a tendência para a terciarização da economia algarvia seguiu em paralelo o que se passou a nível do país, não tendo numa análise por grandes sectores os índices de especialização do Algarve sofrido grande variação no contexto do país.

Específico do Algarve é a insignificância da indústria transformadora, ocupando uma percentagem de activos pouco superior à do sector primário, e um terciário inflacionado pela hotelaria e restauração e pelo comércio e com uma menor percentagem, relativamente ao Continente, dos serviços mais avançados (telecomunicações, serviços financeiros, serviços às empresas e determinados segmentos de serviços económicos).

Os traços principais da dinâmica económica da região são, tanto quanto a informação estatística disponível o permite, do conhecimento geral. Por isso, limitar-nos-emos a pôr em evidência os aspectos essenciais para a configuração do modelo económico futuro:

- a) A economia do Algarve assenta em três pilares fracamente controlados pela região. Cerca de 3/5 da economia regional estão associados – directa ou indirectamente – à procura turística, à construção civil e às despesas das administrações (consumos colectivos).

No turismo, o Algarve vem revelando indícios de perda relativa nos mercados tradicionais, nomeadamente pelo surgimento de destinos, incluindo outros destinos nacionais, alternativos¹⁴.

14 O diagnóstico do "Turismo" será objecto de relatório específico. Aqui retêm-se apenas três elementos referenciadores da evolução: (a) as dormidas na hotelaria no Algarve cresceram na década de 90 a uma taxa média anual de 1.7%, inferior à média nacional; (b) a percentagem no total nacional de dormidas na hotelaria, que em 1995 era 47%, tem vindo a decair regularmente e em 2001 era apenas de 41.4%; (c) os preços ao balcão também começam a ser pressionados para baixo (DG Turismo, Preços ao Balcão 2002), embora nos hotéis de 3 e 4 estrelas a evolução dos preços tenha sido positiva de 2001 para 2002.

A qualificação do turismo e a diversificação para segmentos incorporando mais serviço (golfe, turismo desportivo, turismo de negócios) surge como um desafio urgente para contrariar esta ameaça.

A construção civil havia atingido em 2001 um peso no total dos activos muito próximo do da hotelaria e restauração e entre 1995 e 2000 aumentou a sua participação no VAB regional de 5.5% para 7.3%. As actividades imobiliárias, de que uma parte substancial é também turismo, geravam um VAB quase duplo do da construção¹⁵. Como a percentagem de fogos vagos torna evidente, a maior parte da construção destina-se a um mercado extra-regional. A dinâmica do mercado imobiliário, que a redução das distâncias aos grandes centros nacionais poderá ainda estimular, não pode deixar de levantar a questão da sustentabilidade e da forma de a compatibilizar com os processos de qualificação do turismo.

Entre 1995 e 2000, os serviços colectivos e sociais sobem de 22.6% do VAB para 25.3%. As administrações públicas são, além disso, responsáveis por importantes transferências de poder de compra para a região (p.e. através do pagamento de pensões) e de vultuosos investimentos que dinamizam os restantes sectores de actividade.

- b) O peso da agricultura algarvia situava-se em 2000 à volta dos 4.5% do VAB agrícola nacional. Embora os activos na agricultura representem ainda 6.4% da população activa empregada, a agricultura apenas contribui com cerca de 4% para o VAB da região – uma perda de 2 pontos percentuais entre 1995 e 2000.

A evolução da agricultura no Algarve apresenta os traços gerais da evolução da agricultura nacional: perda do significado empregador, forte redução da superfície agrícola cultivada, redução do número de explorações com aumento da dimensão média. A excepção ao panorama geral, serão os citrinos (com *indicação geográfica protegida*) cuja área terá aumentado em cerca de 20% entre 1991 e 2000 e cuja produção também aumentou substancialmente entre 1995 e 2000. O Algarve é responsável por mais de 2/3 da produção nacional de citrinos. Embora com redução da área, verificou-se aumento de produção de alguns frutos, com destaque para a uva de mesa. As culturas hortícolas, no conjunto e na segunda metade da década de 90, aumentaram a área e a produção, mantendo o Algarve expressão nacional na produção de tomate fresco, de feijão verde e de morango.

Alguns nichos vêm revelando recentemente um dinamismo interessante (hortícolas, vinho, alfarroba), mas continuam por concretizar as grandes potencialidades agrícolas da região¹⁶. Há um problema de empresariado agrícola, sobretudo com capacidade para resolver a questão da organização do mercado e dos circuitos de comercialização. Mais de metade dos activos agrícolas tem mais de 50 anos, o que levanta uma questão séria de transmissão das explorações e da continuidade das actividades agrícolas.

15 Não está resolvida a questão de qual tem sido o motor mais dinâmico da economia do Algarve - turismo ou imobiliário - mas é preciso esclarecer em que condições poderão ser compatíveis. O Algarve tem 5.5% dos alojamentos clássicos, mas representa cerca de 10% das licenças para fogos em novas construções e cerca de 8% da sisa cobrada. Têm lugar no Algarve 8% das transacções (em valor) de prédios para habitação.

16 O Algarve dispõe de quota para a produção de banana e condições para frutos subtropicais, as culturas protegidas em estufa já tiveram várias vezes a expressão actual, a alfarroba está a atingir preços interessantes, a batata doce (Aljezur) poderá via a ter Indicação Geográfica Protegida,

- c) Segundo os Censos de 2001, as actividades ligadas à pesca e aquacultura ocupavam pouco mais de 3000 activos empregados¹⁷. O Algarve representa perto de 1/3 do valor da pesca descarregada no país (com aumento do peso relativo na última década) tem 71% das unidades de aquicultura nacional, sobretudo em regime extensivo e com a produção a verificar uma ligeira tendência para aumentar, e representa a quase totalidade (98% em 2001) da produção do sal.

Trata-se de um domínio onde o Algarve se pode afirmar de forma competitiva no mercado nacional e mundial e onde, apesar de algumas evoluções negativas (sobretudo na pesca), vem revelando um melhor comportamento do que a média do país. Algumas iniciativas de comercialização, por exemplo no caso do sal, começam a indiciar perspectivas positivas de desenvolvimento. Olhão poderá vir a ser um pólo relevante nestas actividades.

- d) Outra característica marcante da economia do Algarve é o fraco peso da indústria transformadora. Em 2000, a indústria era geradora de apenas 4.5% do VAB regional a que, confirmando o carácter incipiente e a baixa produtividade no contexto regional¹⁸, correspondia, em 2001, 6.4% dos activos empregados.

Não se trata apenas de a indústria transformadora não ter conseguido acompanhar a forte dinâmica regional, mas de um verdadeiro declínio do emprego industrial. Entre 1981 e 2001, a indústria algarvia perdeu mais de 10% dos activos e entre 1991 e 2000 os empregos formais no sector reduziram-se em 1200, redução que afectou todos os concelhos mais relevantes industrialmente, à excepção de Loulé.

Para este comportamento combinaram-se três ordens de factores: a) dinâmicas de reorganização empresarial que fizeram prevalecer as economias de aglomeração e levaram à reorganização no território nacional da indústria corticeira; b) as dificuldades de abastecimento de matéria-prima e a incapacidade de suportar a concorrência de outros países que levou ao (quase total) desaparecimento da indústria conserveira; c) a concorrência das actividades turísticas e imobiliárias pelo capital e pela iniciativa empresarial, desviando recursos dos outros sectores produtivos.

Com 11.5 milhares de activos e 7.6 milhares de trabalhadores em estabelecimentos com trabalhadores por conta de outrem, o Algarve é uma das regiões de menor relevância industrial e representa apenas 0.9% da indústria nacional. A indústria algarvia com algum significado está limitada a:

- fabrico de cimentos (em Loulé) e pequenas unidades de produção de cerâmicas, corte de pedra e materiais de construção;
- cervejas (em Loulé), conservas de peixe (em Olhão) e pequenas unidades das indústrias de alimentação e bebidas com particular incidência em Faro, Lagoa, Lagos e Portimão;
- fabrico de elementos de construção em metal, principalmente em Faro, Loulé e Olhão;
- tipografia e edição, principalmente em Vila Real de Santo António, mas também em Faro e Loulé;

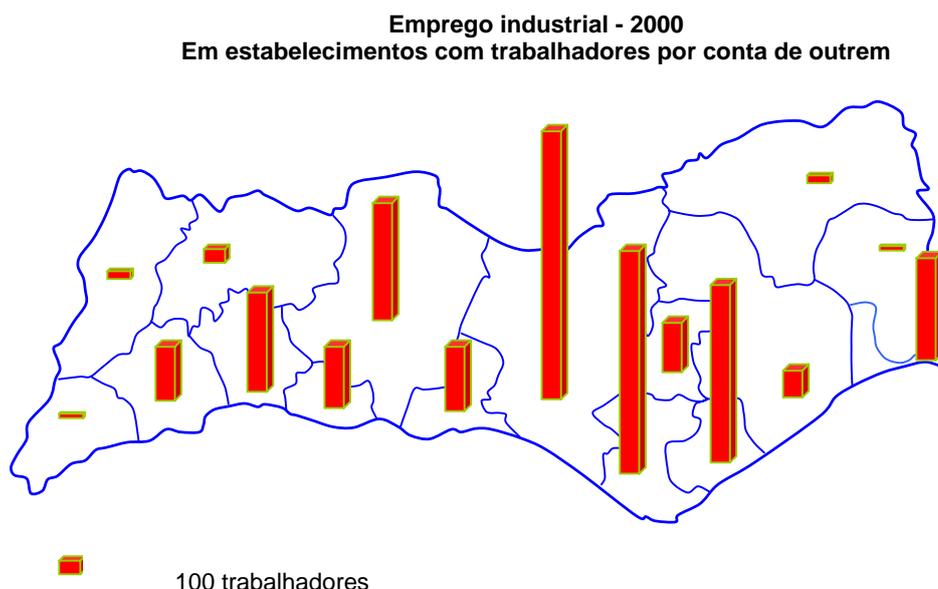
¹⁷ Embora no Algarve estejam matriculados cerca de 6 500 pescadores.

¹⁸ As contas regionais de 1999 indicam que no Algarve a produtividade da indústria transformadora era apenas 90% da produtividade do conjunto da economia regional.

- obras de carpintaria para construção (principalmente em Faro);
- construção naval (em Vila Real de Santo António, Lagos e Faro);
- pequenas unidades no sector da cortiça, embora com um ou dois exemplos de evolução nos produtos (São Brás de Alportel, Silves)

Para além de sobrevivência de algumas unidades de transformação de produtos da pesca e da agricultura (semente de alfarroba) e da adaptação de algumas indústrias que anteriormente se encontravam inseridas noutras cadeias de valor (tipografias, construção naval), o essencial da indústria do Algarve funciona dentro da lógica das actividades dominantes – turismo e construção civil. As indústrias alimentares e das bebidas (1/4) e os produtos para a construção (mais de 1/3) concentram mais de metade do emprego industrial da região.

Em qualquer caso, salvo as excepções referidas, é difícil falar em sector industrial quando as empresas industriais do Algarve têm uma dimensão (4.5 pessoas por empresa) que é 1/3 da média nacional.



O eixo Loulé-Faro-Olhão concentra mais de metade do emprego industrial (em estabelecimentos com trabalhadores por conta de outrem) - cerca de 3900 trabalhadores. Silves (700), Vila Real de Santo António e Portimão (com cerca de 600 trabalhadores cada) são os outros concelhos que, no contexto do Algarve, têm algum relevo industrial. Ao contrário de Loulé e S. Brás de Alportel, Olhão e Faro perderam emprego industrial na última década, no que foram acompanhados por Vila Real de Santo António, Silves, Portimão e, no geral, pelos outros concelhos onde a indústria tinha algum significado.

A questão que importa discutir é a de saber se o Algarve necessita ou não de uma base industrial. A resposta parece não poder deixar de ser afirmativa, não apenas para densificar um *cluster* de turismo/construção como para ganhar maior margem de autonomia, relativamente àqueles sectores. Não há nenhuma razão que inviabilize o desenvolvimento da indústria na região, desde que exista a adequada iniciativa

empresarial. O desafio é o de, numa das regiões do país com maior capacidade de iniciativa revelada, encontrar as formas de orientar parte dessa iniciativa para a indústria.

- e) A construção civil é o sector mais dinâmico da economia do Algarve, com uma taxa de crescimento do VAB, entre 1995 e 2000, dupla da do conjunto da economia regional. No país, a construção civil foi, também, indiscutivelmente o sector motor, mas a taxa de crescimento no Algarve foi 1.5 vezes a verificada a nível nacional.

O VAB nominal da construção civil duplicou naquele período e o peso do sector na economia regional subiu quase dois pontos percentuais. O subsector das obras públicas terá dado também um impulso decisivo, mas não é, de momento, possível proceder à sua quantificação.

As empresas de construção no Algarve são de pequena dimensão (média de 4.5 pessoas ao serviço) e a AECOPS lista mais de 6300 empresas no distrito de Faro.

Não é de excluir que se possa manter a dinâmica do sector, sobretudo se vierem a ser dinamizados importantes projectos de obras públicas. No entanto, as preocupações serão sérias se essa dinâmica continuar a apoiar-se na construção de edifícios. Estima-se que o número de fogos dos alvarás de loteamento possa ser superior a 200 mil, o que põe em causa todos os equilíbrios, urbanísticos e sócio-económicos principalmente.

- f) No sector terciário seria importante estabelecer uma tripla distinção entre os serviços orientados para os não residentes (“serviços de exportação”), os serviços de suporte à actividade económica (principalmente os serviços às empresas) e os serviços de administração e serviços sociais destinados à população residente.

Os primeiros merecem uma atenção particular e, para além da dominância dos serviços turísticos, incluiriam nomeadamente o ensino superior, em particular a Universidade do Algarve. Com os seus mais de 10 mil alunos e mais de 750 docentes, a Universidade representa não apenas um significativo afluxo de procura dirigida à região mas, sobretudo, um importante pólo de conhecimento e de reforço da competitividade regional.

Infelizmente, a informação estatística não permite distinguir a dinâmica destes três tipos de serviços e apenas permite ressaltar as seguintes conclusões:

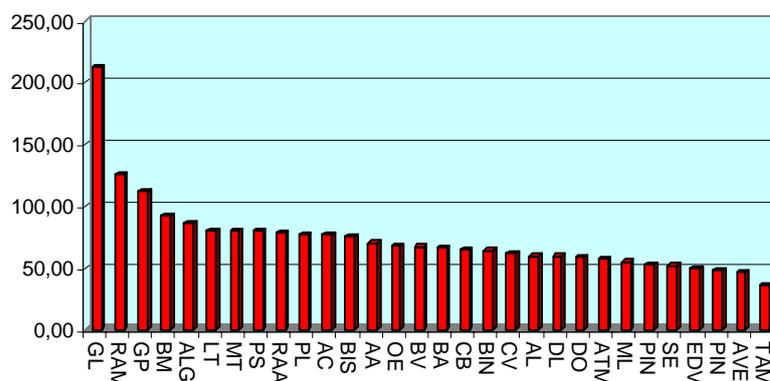
- Quando se toma como padrão o volume da população e por comparação com o espaço nacional, constata-se que o turismo ainda não teve o impacte que se poderia esperar em serviços como o comércio, os transportes e os serviços sociais. O VAB destes sectores por habitante na região mantém-se abaixo do correspondente índice nacional.

É certo que se poderá argumentar que a média nacional é muito elevada em virtude da grande concentração terciária na Grande Lisboa. Porém, se pensarmos, por exemplo, que no que respeita ao VAB do comércio por habitante, o Algarve ocupa apenas a 4ª posição nas NUTS III, abaixo do Pinhal Litoral e pouco acima do Baixo Mondego, não parece visível o impacte que se esperaria do forte acréscimo de procura resultante dos fluxos turísticos.

- As actividades financeiras e os serviços de saúde encontram-se claramente subdesenvolvidas no contexto regional. Nas actividades de intermediação financeira e seguros o VAB por habitante do Algarve era, em 2000, apenas o 12º (em 30 NUTS III). Na saúde e acção social, o relevante não é apenas a o nível actual (20ª posição) mas o facto de esta ser uma área estratégica para projectos de desenvolvimento do segmento turístico orientado para o turismo sénior.

- A especialização regional apenas é evidente no alojamento e restauração, nas actividades imobiliárias e serviços às empresas e nos serviços culturais e recreativos. No gráfico seguinte pode-se ver a posição do Algarve no conjunto das NUTS III quando o VAB dos serviços sem “alojamento e restauração” e sem as “actividades imobiliárias” é avaliado em relação à população residente. A administração pública e os serviços sociais também não jogam a favor do Algarve.

VAB dos serviços, sem alojamento e restauração e actividades imobiliárias, por habitante
País=100



- O comércio, as actividades de alojamento e restauração, os transportes e comunicações e as actividades financeiras apresentam tendência para perderem peso no VAB regional (no período 1995-2000), compensados por ganhos nas actividades imobiliárias e na administração, embora num período relativamente curto estas variações se meçam por décimas de ponto percentual. É positivo o comportamento do sector “saúde e acção social” e dos outros serviços colectivos sociais e pessoais, com destaque para os serviços recreativos e culturais.

Algarve: Serviços – percentagem no VAB regional

Sectores	1995	1997	2000
Comércio, reparação veículos, bens de uso pes.	15.24	14.77	14.41
Alojamento e restauração	13.19	13.00	12.34
Transportes Armazen. Comunicações	6.64	6.60	6.53
Actividades financeiras	3.40	3.10	2.69
Activ. Imobiliárias, alug. Serv. Empresas	17.90	17.80	18.02
Adm. Publica, defesa e seg. social obrigatória	7.72	8.43	8.98
Educação	7.14	7.23	7.22
Saúde e acção social	4.55	4.33	5.02
Outras activ. Serv.colect. Sociais e pessoais	3.20	3.67	4.10
Famílias com empregados domésticos	0.46	0.47	0.38
TOTAL Serviços	79.44	79.40	79.68

Fonte: INE, contas regionais

A especialização relativa, no contexto nacional, nas actividades de alojamento e restauração e nas actividades imobiliárias e de serviços às empresas também evidenciou uma ligeira redução.

- g) O comércio inseriu-se nas dinâmicas de modernização que ocorreram a nível nacional com cinco traços de evolução fundamentais: a) um forte crescimento da área total, principalmente da área de comércio retalhista; b) o aparecimento de “unidades comerciais de dimensão relevante” que em 2001 atingiam um total de 85; c) o surgimento de centros comerciais, envolvendo interesses de grandes grupos económicos, e localizados de modo a explorar ganhos de mobilidade e de centralidade; d) a construção do MARF e o apoio aos mercados de interesse relevante; e e) o lançamento de projectos de urbanismo comercial, apoiando a qualificação e modernização das áreas urbanas de comércio tradicional.

Confirmando o atrás referido quanto ao nível de desenvolvimento, o Algarve detinha, em 2000, 4.3% das empresas de comércio mas apenas 2.3% do volume de vendas do total do País. Esta relação mantém-se no que respeita à dimensão das novas empresas: aos cerca de 4% das pessoas colectivas e equiparadas constituídas no comércio em 2001 correspondiam apenas 2.3% do capital social. A posição do Algarve é particularmente frágil no que respeita ao “comércio por grosso” (2.6% do total das empresas e 1.5% do volume de vendas, em 2000)¹⁹

A evolução da economia do Algarve revela no período mais recente (1995-2000) um traço muito significativo que importa destacar e que se traduz num crescimento globalmente mais rápido do que a economia nacional, em resultado de, por um lado, uma especialização no sector dos serviços que, no geral tiveram um comportamento mais rápido do que a média da economia, e por outro, de todos os sectores na região - à excepção do alojamento e restauração e das actividades financeiras - terem tido no Algarve um melhor comportamento do que no conjunto do país²⁰. Mesmo o VAB da indústria transformadora teve no Algarve um crescimento superior ao do conjunto do País.

**Algarve – Evolução do VAB por sectores
(em percentagem do total sectorial do País)**

Sectores	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura	4,32	3,93	4,76	4,87	5,46	4,46
Pesca	20,96	23,17	24,14	25,80	25,98	28,32
Industria extractiva	2,18	2,80	2,92	3,70	3,67	3,40
Industria transformadora	0,78	0,79	0,77	0,82	0,90	0,91
Electricidade gás e água	2,03	2,23	2,41	2,63	2,18	2,45
Construção	2,92	2,94	2,97	3,04	3,28	3,53
Comércio; reparação veículos e bens de uso pessoal	3,60	3,64	3,56	3,68	3,75	3,79
Alojamento e restauração	17,67	17,13	16,94	16,02	16,04	16,17
Transportes Armazen. Comunicações	3,68	3,72	3,66	3,65	3,52	3,70
Actividades financeiras	1,97	1,90	1,76	1,63	1,56	1,61
Activ. Imobiliárias, alug. Serv. Empresas	5,16	5,16	5,07	4,86	4,70	5,29
Adm. Publica, defesa e seq. social obrigatória	3,20	3,36	3,52	3,46	3,47	3,60
Educação	3,92	3,92	3,88	3,85	3,87	3,93
Saúde e acção social	3,16	3,12	3,04	3,12	3,21	3,35
Outras activ. Serv.colect. Sociais e pessoais	4,49	4,50	4,59	3,74	4,85	4,93
Famílias com empreg. Domésticos	2,87	2,70	2,61	2,56	2,44	2,44
TOTAL	3,50	3,50	3,53	3,53	3,60	3,73

Fonte: INE, contas regionais

19 DGCC, o Comércio em Números, nº 6, Dezembro 2002.

20 Numa análise shif-share seria positiva a componente estrutural e, ainda mais, a componente diferencial.

Este comportamento dos diversos sectores de actividade é demonstrativo das potencialidades regionais, sobretudo se tivermos em conta que a evolução é acompanhada por um ligeiro ganho da produtividade relativa que, no entanto, não acontece nalguns sectores importantes na estrutura produtiva regional (alojamento e restauração e transportes). O Algarve reforça o seu peso no total do emprego nacional (3.5% das pessoas ao serviço em estabelecimentos com *tpco* no Continente, em 1996, e 3.9% em 2000), mas importa evitar a degradação da produtividade relativa em sectores regionalmente importantes para que não venha a ser posta em causa a sua posição na economia nacional.

Acresce que a especialização produtiva do Algarve não lhe vem permitindo participar nos mecanismos de apoio à actividade económica de forma equivalente à sua importância económica e demográfica no todo nacional. O Algarve apenas absorveu cerca de 3% do investimento total dos projectos homologados no âmbito do POE em 2002²¹.

Em síntese, a economia do Algarve vinha evidenciando um crescimento mais rápido do que a economia nacional, embora no período 1995-2000 um sector tão importante na economia regional como o do “alojamento e restauração” não tenha, na região, acompanhado o crescimento que registou no conjunto do País. O melhor desempenho regional, em relação à média do país, nos restantes sectores (à excepção dos transportes) põe em evidencia as potencialidades da região e permite perspectivar uma maior diversificação da sua estrutura produtiva;

No entanto, apesar dos indícios positivos da evolução recente, a apreciação da dinâmica de crescimento do Algarve obriga a destacar para reflexão três elementos fundamentais:

- 1.º. O Algarve não tem conseguido assegurar às famílias residentes uma evolução de rendimentos idêntica à média nacional;
- 2.º. A procura dirigida ao Algarve não tem tido impacte visível na dinamização das actividades agrícolas e industriais;
- 3.º. O Algarve não conseguiu desenvolver o comércio, as actividades financeiras ou o sector social e cultural a um nível superior ao da média nacional.

Estes elementos são relevantes porque permitem identificar o grande desafio que se coloca ao desenvolvimento económico do Algarve. Até aqui, o Algarve cresceu na base do turismo e do imobiliário, mas estas actividades não foram suficientes para dinamizarem os outros sectores produtivos, embora no final da década passada possam ser assinalados alguns indícios positivos. O desafio a enfrentar a médio prazo é precisamente o de afirmar a procura turística como vector de valorização de outras potencialidades e produtos da região. Ou em termos mais explícitos, o de encontrar a forma de passar da venda de sol, praia e espaço (solo) para a venda de serviços que incorporem outros recursos da região. Não faz sentido equacionar a economia do Algarve sem assumir o papel estratégico do turismo, o mesmo é dizer sem pretender que os seus efeitos motrizes dêem origem a outras actividades que aumentem o valor acrescentado gerado e retido pela região.

21 Numa análise dos projectos regionalizáveis homologados no POE em 2002, verifica-se que o Algarve detém apenas 0.02% do investimento apoiado a nível nacional em projectos da indústria, mas 6% dos projectos do turismo, 10% dos transportes e comunicações e 8% dos outros serviços. As percentagens seriam idênticas se considerássemos apenas as medidas mais directamente ligadas a incentivos empresariais. No total, o Algarve representava 3.4% do total do investimento regionalizável dos projectos homologados naquele ano. (Cálculos sobre dados obtidos no *site* do POE).

4. AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES DE DESENVOLVIMENTO

4.1. AS FORÇAS E AS FRAGILIDADES

No esquema anteriormente apresentado sugere-se uma analogia mecânica que importa retomar. Os impulsos externos são fundamentais, mas (tal como na relação entre o motor e o combustível) o ritmo e a dinâmica do desenvolvimento dependem essencialmente da forma como esses impulsos são aproveitados. Há um problema de capacidade do “motor de desenvolvimento” que é determinada pela combinação de cinco “peças” essenciais: pessoas, ideias, território, organização e capital. São os pontos fortes e os pontos fracos desse motor que se avaliam a seguir, por referência àquelas cinco dimensões²².

Algarve - Capacidades para o desenvolvimento

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
População	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População em rápido crescimento ▪ Forte atractividade para fixação de população de origem estrangeira de segmentos socio-profissionais elevados ▪ Segunda região do país com mais elevada proporção de população com formação académica de nível superior ▪ Elevada proporção da população em idade activa e elevada taxa de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzida dimensão populacional, debilidade do mercado regional ▪ Índice de envelhecimento superior à média do país ▪ Mercado de emprego pouco qualificante (19% dos trabalhadores não qualificados contra 14% no Continente) ▪ Carências de operários qualificados
Ideias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença da Universidade e de outras instituições de ensino superior ▪ Investigação no domínio da agricultura (DRA) ▪ IPIMAR (aquacultura) em Olhão ▪ Forte afluxo de visitantes portadores de novos comportamentos e ideias ▪ Algumas iniciativas recentes com projecção na comunicação social (p.e. nos vinhos e hortícolas) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraco envolvimento em redes de cooperação internacional ▪ Perfil económico excessivamente especializado não gerando alternativas passíveis de imitação ▪ Enviesamento nos consensos sobre as oportunidades da região ▪ Insuficiente divulgação das iniciativas empresariais não turísticas ▪ Carência de investigação no aproveitamento integral de alguns recursos tradicionais (p.e. alfarroba) ▪ Debilidade de acção dos organismos de dinamização económica.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associativismo autárquico (AMAL) ▪ Associações empresariais ▪ Associações de produtores (p.e. na aquacultura e na gestão da indicação de origem dos citrinos) ▪ Associações de desenvolvimento local activas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca visibilidade (p.e. algumas organizações empresariais continuam a não ter presença na internet) ▪ Orientação predominante para a representação/reivindicação e fragilidade da acção de promoção, inovação e articulação. ▪ Actuações, por vezes, sobrepostas e não articuladas e replicando, em jogo de soma nula, iniciativas e projectos ▪ Ausência de organização de produtores com objectivos comerciais

²² As forças e fraquezas específicas a determinado sector serão consideradas posteriormente, de acordo com os respectivos relatórios sectoriais.

<p style="text-align: center;">Capital/empresários</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma das mais elevadas taxas de iniciativa empresarial entre as regiões do país, embora com tendência para descida da posição relativa ▪ Forte presença de interesses económicos internacionais ▪ Carteira de projectos de investimento de grande dimensão e forte impacte territorial ▪ Imagem internacional da região e oportunidades de investimento imediatamente identificáveis ▪ Fixação de estrangeiros que podem representar diferentes experiências profissionais e novo potencial empresarial ▪ Surgimento de alguns exemplos de agricultores que trazem ao sector uma nova atitude empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande fragilidade das iniciativas empresariais, elevada taxa de mortalidade das novas empresas nos primeiros anos ▪ A dimensão média das empresas (6 pessoas ao serviço em 2000 nas empresas com tpc) é das mais baixas do país ▪ Afunilamento da iniciativa sobre os serviços associados ao turismo ▪ Desenraizamento dos interesses económicos com fraca solidariedade territorial e drenagem do excedente para fora da região ▪ Prevalência de procura de rentabilidade a curto prazo, com forte aplicação de recursos no imobiliário
<p style="text-align: center;">Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade do clima e imagem internacional como destino de turismo balnear ▪ Densidade significativa de equipamentos para golfe ▪ Diversidade de espaços e paisagens viabilizando a extensão e diversificação da procura turística ▪ Localização geográfica no grande mercado europeu e proximidade a grandes espaços urbano-metropolitanos dinâmicos ▪ Condições para produções de qualidade para consumo turístico e exportação (peixe, frutos, produtos agro-pecuários) ▪ Posição privilegiada na rota dos cruzeiros marítimos ▪ Património e experiência em produções agrícolas que podem ser valorizadas (amêndoa, alfarroba, figueira, etc.) ▪ Estrutura de povoamento configurando dois pólos urbanos de média dimensão: Lolé-Faro-Olhão e Lagos-Portimão ▪ Razoável dotação de infra-estruturas e equipamentos no contexto nacional ▪ Infra-estruturas rodoviárias de conexão longitudinal da região e inserção em eixos de ligação a grandes áreas metropolitanas (por auto-estrada a Lisboa, Sevilha e Madrid e por caminho de ferro a Lisboa) ▪ Modernização das infra-estruturas aeroportuárias ▪ Razoável cobertura por infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento e por equipamentos sociais ▪ Excelentes condições para o desenvolvimento de uma agricultura empresarial dinâmica ▪ Recursos minerais (rochas, águas termais) de alguma valia económica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa qualidade do urbanismo e do ordenamento do território ▪ Deficiente qualidade da água nalgumas áreas de vocação agrícola ▪ Continuado abandono e desvitalização da zona da Serra, pondo em causa recursos naturais e valores ambientais ▪ Forte sensibilidade ambiental da região, impondo restrições e exigindo cuidados especiais nas intervenções humanas ▪ Forte sazonalidade do principal produto turístico (sol e praia) e concorrência crescente de outros destinos ▪ Insuficiente desenvolvimento dos equipamentos e das actividades culturais ▪ Fraca divulgação e valorização do património cultural ▪ Adaptação passiva às procuras turísticas e falta de atitude voluntarista de oferta integrada dos produtos regionais ▪ Insuficiência dos equipamentos e serviços de saúde, fundamentais para alargamento da oferta a determinados segmentos turísticos ▪ Insuficiente dimensão funcional dos principais centros urbanos e ausência de economias de aglomeração ▪ Inexistência de espaços qualificados para instalação de actividades empresariais inovadoras ▪ Dificuldades de conexão intra-regional e fragilidade das relações de proximidade ▪ Tecido social e económico (e urbano) pulverizado e fracas interações entre agentes empresariais ▪ Necessidade de grandes investimentos para modernizar as infra-estruturas portuárias e as ligações ferroviárias.

Adicionalmente, refira-se que a economia de qualquer região só será sustentável e competitiva, a longo prazo, na medida em que consiga inserir-se nas relações económicas inter-regionais e globais através do desenvolvimento de actividades (*básicas*) orientadas para mercados extra-

-regionais. Num mundo globalizado, em rápida transformação e de procuras voláteis, em que as distâncias contam cada vez menos e se reduzem os custos de deslocação, constitui uma enorme fragilidade a excessiva especialização em actividades cujos determinantes de procura não são controlados regionalmente.

4.2. AS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Basta recordar as mudanças tecnológicas e as transformações económicas ocorridas nos últimos 30 anos para perceber que o futuro trará sempre oportunidades e ameaças que ninguém consegue antever. Por isso, uma economia estará tanto melhor posicionada quanto maior for a diversificação do seu tecido económico, social e empresarial. O máximo que agora se pode fazer é procurar valorizar as oportunidades e prevenir as ameaças na base do conhecimento actual, e ter consciência de que não é garantido que o que hoje tem valor continuará a tê-lo amanhã²³.

Sobretudo, é importante ter em conta que não há oportunidades naturais. Todas as oportunidades são construídas e, por isso, os factores relevantes serão apenas o factor humano e os factores organizativos e institucionais.

Algarve - perspectivas de futuro

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reposicionamento do Algarve nos segmentos superiores da procura internacional, associado a elevadas exigências de qualidade nos novos empreendimentos turísticos; ▪ Aproveitamento dos fluxos turísticos dos cruzeiros Atlântico-Mediterrâneo, em ligação com a melhoria das infra-estruturas portuárias; ▪ Aumento da procura dirigida à região e mais fácil acesso aos mercados extra-regionais, em consequência da melhoria das acessibilidades inter-regionais; ▪ Inserção nos eixos de transporte transnacionais e maior papel do aeroporto no tráfego internacional ▪ Maior envolvimento de estrangeiros residentes com a economia da região, constituindo-se em factor de inovação – novos produtos e serviços e penetração em novos mercados ▪ Maior afluxo e fixação de europeus que terminaram as suas vidas profissionais, valorizando a amenidade do clima, o ambiente de segurança e a qualificação dos serviços de saúde; ▪ Reforço das exigências de qualidade e maior interacção empresarial permitindo incluir na procura turística a valorização dos produtos regionais, sobretudo pela via da gastronomia ▪ Viabilização de iniciativas empresariais nas áreas da indústria e de serviços dirigidos aos mercados extra-regionais, com origem nos recursos humanos qualificados, com peso elevado de formação de nível superior; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevalência de critérios empresariais de rendibilidade a curto prazo, apostando na massificação dos fluxos turísticos; ▪ Perda de competitividade das actividades turísticas com resposta via degradação de preços e não pelo aumento da qualidade e diferenciação dos serviços; ▪ Aumento do “efeito sombra” resultante de uma maior proximidade às grandes metrópoles inviabilizando a qualificação dos serviços (comércio, serviços financeiros, serviços empresariais especializados e serviços pessoais avançados); ▪ Incapacidade do sistema de gestão do território para controlar as pressões de construção (dispersa) levando à desqualificação paisagística e ambiental; ▪ Insensibilidade social e institucional às oportunidades fora do sector turístico, não criando espaço à exploração de novos nichos de actividades; ▪ Precipitação em projectos de elevado risco de acentuação da dependência de metrópoles extra-regionais (nomeadamente Lisboa e Sevilha) antes da afirmação de um sistema urbano regional dinâmico e competitivo²⁴; ▪ Atrasos no desenvolvimento das redes de circulação de âmbito local e sub-regional que estruturam centralidades e dêem conteúdo ao conceito de proximidade; ▪ Persistência dos obstáculos à renovação das estruturas empresariais agrícolas;

23 Por exemplo, qual será o valor do petróleo daqui a 20 anos se for bem sucedida a tecnologia da pilha de hidrogénio?

24 Não foi ainda demonstrada a valia regional do projecto ferroviário de ligação a Huelva-Sevilha-Madrid. O que trará ao Algarve? O que desviará do Algarve? O saldo será favorável a quem?

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exploração de novos mercados para produtos manufacturados locais (p.e. todo o conjunto de <i>souvenirs</i> ligados à prática de golfe), associando acções concertadas de introdução de <i>design</i> e arte à procura de novas utilizações para recursos e saberes tradicionais; ▪ Desenvolvimento de projectos piloto de utilização de energias limpas, associando as competências das instituições de ensino superior e as preocupações de qualidade ambiental; ▪ Instalação e desenvolvimento de serviços avançados no âmbito da sociedade de informação, explorando as redes de telecomunicações de alto débito (projecto Algarve Digital); ▪ Maior procura por residências de lazer nas regiões marítimas do sul, associada ao reforço da integração do espaço europeu (redes transeuropeias); ▪ Novo quadro de cooperação intermunicipal , podendo fomentar o surgimento de empreendimentos conjuntos que sejam âncora para a criação de novas centralidades e projecção nacional e internacional das cidades da região; ▪ Ambiente social favorável ao enquadramento da oferta turística paralela. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abandono não planeado das áreas da Serra face à ausência de funções económicas sustentáveis numa lógica privada; ▪ Políticas florestais inadequadas às condições ecológicas da região; ▪ Riscos de redução dos meios orçamentais para o desenvolvimento de projectos estruturantes e aumento da competição intermunicipal; ▪ Esvaziamento das perspectivas de contínua valorização do património imobiliário, implicando redução da procura e mais baixo poder económico dos novos proprietários e possível início de uma espiral de desqualificação e declínio dos espaços urbanos; ▪ Apostas predominantes em formações de nível superior de conteúdo não tecnológico e não adequadas às necessidades de valorização dos recursos regionais; ▪ Eventuais riscos de desqualificação das instituições de ensino superior por redução da procura e dos recursos orçamentais; ▪ Marginalização da região em relação a projectos nacionais estruturantes, como é o caso do gás natural.
--	--

4.3. AS QUESTÕES CENTRAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A forma como o enunciado das oportunidades e ameaças está redigido obedece a um propósito de sublinhar que nem umas nem outras são automáticas ou inevitáveis. Quer num quer noutro caso, exigem-se actuações e políticas adequadas. Por isso, torna-se necessária uma visão clara sobre a respectiva relevância estratégica.

A síntese (provisória) das forças e fraquezas e das oportunidades e ameaças conduz à identificação de cinco questões centrais para o desenvolvimento da economia regional numa perspectiva de longo prazo:

- 1^a. Preservar a imagem internacional, construída na base dos recursos turísticos, como elemento chave para a atractividade de populações com diferentes inserções profissionais e de diferentes origens internacionais. A qualificação e diversificação das actividades turísticas, ampliando os motivos de atracção e pondo “mais serviço” na oferta, é não apenas um objectivo mas também um meio, o que dá ao turismo todo o seu carácter estratégico.
- 2^a. Ganhar escala e fomentar “economias de aglomeração”, o que passa por assegurar as condições de crescimento da população, por ampliar o mercado regional e pela afirmação de aglomerações urbanas funcionalmente competitivas que criem espaços de densificação de relações económicas e sociais. A estruturação urbana será uma questão vital na perspectiva de uma maior inserção no contexto europeu e ibérico.

- 3^a. Explorar a posição geográfica (em associação com o clima e recursos naturais) para atrair funções económicas que se coloquem na perspectiva dos mercados ibérico e europeu e resistir ao risco de “diluição” na esfera de influência das principais aglomerações do sudoeste ibérico (Lisboa, Madrid ou Sevilha).
- 4^a. Contrariar o estreitamento da percepção das oportunidades da região e valorizar as actuações que diversifiquem e robusteçam as iniciativas empresariais. A exploração das oportunidades que resultam da presença de interesses económicos internacionais, a densificação das relações económicas intra-regionais e o ganho de um maior “enraizamento” da economia regional são aspectos a considerar e que exigem a explicitação do modo como são contraditórios ou complementares.
- 5^a. Preservar a sustentabilidade do mercado imobiliário, pelo menos numa óptica de médio prazo, como suporte da actividade económica e como condição de qualificação. A qualidade do ordenamento e do ambiente é essencial para impedir que possa surgir uma espiral de desqualificação/depreciação²⁵.

A forma como estas questões serão resolvidas vai depender, essencialmente, do conhecimento, da criatividade e da capacidade de organização, pelo que os determinantes serão sempre os recursos humanos e institucionais.

Questionar consensos (ideias feitas)

Um dos grandes desafios que se colocam ao desenvolvimento do Algarve é o de explicitar o conteúdo de alguns consensos ou ideias feitas que, normalmente, são assumidos como evidentes e que não justificam discussão. Exemplos desses consensos são:

- “*O turismo é o sector estratégico para o desenvolvimento do Algarve*”: há que discutir qual o modelo sócio-económico em relação ao qual o turismo é estratégico;
- “*O turismo que interessa é o turismo de qualidade*”: pelo menos, haverá que dar conteúdo concreto à noção de “qualidade” – luxo, diferenciação, relação benefício-custo, ...
- “*É necessário corrigir assimetrias e promover o desenvolvimento da Serra Algarvia*”: clarificar o que será este desenvolvimento, que pode oscilar entre o equilíbrio recursos/população e a replicação do modelo do litoral;
- “*O Algarve não apresenta vantagens para o desenvolvimento industrial*”: discutir se o Algarve precisa ou não de uma base industrial e o que impede a região de a criar quando a indústria surge em espaços aparentemente menos apetrechados;
- “*É precário o futuro da agricultura no Algarve*”: equacionar a natureza dos obstáculos ao aproveitamento das excelentes condições naturais;
- “*As ligações ferroviárias a Espanha são fundamentais*”: pelo menos, haverá que fazer uma avaliação dos ganhos e riscos potenciais;
- “*São necessárias várias plataformas logísticas no espaço regional*”: no mínimo, explicitar que produtos e qual o seu encaminhamento;
- “*As acções estruturantes passam por novos equipamentos e infra-estruturas*”: discutir qual o papel que deve ser dado ao “cimento” e qual o papel do conhecimento, da criatividade e da organização.

Questionar consensos não significa divergir *a priori*, mas tão só procurar ampliar o leque de possibilidades e alternativas de construção do futuro.

25 Merece a pena prestar atenção aos mecanismos que, normalmente, levam à formação de *ghettos* urbanos

5. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

5.1. A EVOLUÇÃO TENDENCIAL

A simples projecção das taxas de crescimento recente dos diversos sectores não fornece uma visão coerente do futuro da economia da região. Nomeadamente, pela necessidade de ter em conta a forma como evoluirão as diversas actividades a nível nacional.

Os cenários de evolução da economia portuguesa apontam para uma forte terciarização da economia, comandada, sobretudo pelo turismo, pelos transportes e comunicações e pelos serviços às empresas. Um exercício de cenarização, para o agregado nacional, foi elaborado pelo GEPE do Ministério da Economia no início de 2002²⁶, com quantificação das taxas de crescimento por sectores para os períodos 2000-2015 e 2015-2025.

Tomando por referência esses comportamentos sectoriais, procedeu-se à análise da forma como poderia evoluir a economia do Algarve no pressuposto de se manterem os diferenciais de comportamento (no período 1995/96-1999/2000) dos diversos sectores entre a região e o todo nacional. Este exercício tem o interesse de permitir perspectivar a evolução da economia do Algarve num quadro em que não mude a forma como se insere na economia do país.

O ponto de partida considera dois cenários de evolução da economia nacional (um cenário de crescimento *baixo* e um cenário de crescimento *alto*), mas as conclusões relevantes para a região não mudam significativamente entre cenários no horizonte de 2015. O quadro seguinte sintetiza os resultados dos cálculos feitos²⁷:

Algarve- Cenário da estrutura sectorial do VAB

Sectores	1995	2000	2015 A	2015 B
Primário	8.80	6.86	7.31	6.48
Secundário	11.77	13.42	16.13	16.49
Terciário	79.44	79.72	76.56	77.03
% no país	3.50	3.73	4.08	4.06

A- cenário baixo para evolução da economia nacional (taxa de crescimento anual de 2.8% no período 2000-2015); B- cenário alto para evolução da economia nacional (taxa de crescimento anual de 4.2% no período 2000-2015)

Se se mantiver o diferencial de crescimento dos diferentes sectores entre a região e a economia nacional, o Algarve poderá ter o VAB a crescer a taxas médias anuais que poderão ser de cerca de 6 décimas de ponto percentual superiores às da economia nacional. Isto significará um reforço do peso do Algarve na economia nacional, mas poderá, nalguns cenários demográficos, não ser suficiente para compensar o diferencial de crescimento da população, o que poderá degradar a posição do Algarve no que respeita ao índice de PIB *per capita*.

26 GEPE, Min.Economia “Cenários para a Economia Portuguesa 2000-2025”, Fevereiro 2002.

27 Após projectar o VAB nacional de cada sector com as taxas de crescimento propostas pelo GEPE, calculou-se a participação do Algarve admitindo que o peso da região no total nacional de cada sector continuaria a evoluir como no período 1995/96-1999/2000. Tomaram-se médias de dois anos para minimizar os efeitos de variações conjunturais. Para a agricultura, a referência é o período 1995-2000, dado o valor anormal de 1999. Para a pesca, o salto do peso do Algarve no todo nacional verificado naquele período não parece possível continuar, pelo que se considerou a manutenção da taxa de crescimento.

A agricultura e a pesca poderiam ter taxas de crescimento significativas (taxas anuais de 3.7% e 4.8%, respectivamente, no cenário *alto*) o que poderá levar à estabilização do peso do sector primário.

A indústria transformadora poderia crescer a taxas entre os 4.5% e os 6%, aumentando um ponto percentual o seu peso na economia regional. A construção civil desaceleraria, mas continuaria a ser o sector de maior crescimento na região. No conjunto, resultaria um ganho significativo na importância do sector secundário.

O sector terciário registaria alguma perda de importância relativa, de que seriam responsáveis as actividades de alojamento e restauração e as actividades imobiliárias e serviços às empresas. No cenário mais baixo, ambas as actividades veriam reduzidas as taxas de crescimento relativamente à segunda metade da década de 90. A agricultura, a pesca e a indústria transformadora não representariam em conjunto mais de 12% da economia do Algarve.

Se os ganhos de produtividade continuarem a ser responsáveis por 70% do crescimento do VAB, o cenário tendencial poderá significar um acréscimo de emprego à taxa anual de 1% (hipótese baixa) ou 1.4% (hipótese alta).

O que isto significa é que o prosseguimento das tendências, apesar do aspecto positivo de alguma recuperação que se poderá verificar na pesca, na agricultura e na indústria transformadora, continua a colocar três importantes desafios:

- 1.º. O desafio de melhorar significativamente o desempenho do sector terciário, a começar pelas actividades de alojamento e restauração, para resistir à possível degradação da posição competitiva no contexto nacional;
- 2.º. O desafio da sustentabilidade de taxas elevadas de crescimento no sector da construção, até aqui tornadas possíveis pela produção de habitação para usos sazonais;
- 3.º. O desafio de encontrar formas de sustentar o recente diferencial de crescimento do sector agrícola, piscatório e industrial, que poderá ser transitório se não houver medidas adequadas de suporte.

5.2. ROBUSTECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL

De tudo o que vem sendo referido resulta que, num quadro estratégico a longo prazo, a diversificação da base económica da região é um objectivo necessário. Para tanto, não se pode contar apenas com as dinâmicas do mercado. Está demonstrado que estas dinâmicas são altamente enviesadas na identificação das oportunidades de desenvolvimento.

Os cenários para a economia algarvia têm oscilado entre:

- *«prosseguimento da orientação do Algarve para o turismo de massa dirigido às camadas menos abastadas da Europa ocidental e às camadas médias do leste europeu; em paralelo com um número reduzido de “ilhas de qualidade” estruturadas em torno do “golfe”»;* e

- «*formação de um contínuo entre Lisboa, Alentejo e Algarve, vocacionado para residência a tempo parcial da população sénior europeia e investimento maciço na reconversão paisagística do Algarve*». ²⁸

Noutros exercícios admite-se a possibilidade de alguma modernização agrícola quer na área dos pomares quer na área dos hortícolas e do desenvolvimento do regadio.

Trata-se de visões limitadas das potencialidades da região, parecendo que o principal desafio a vencer é o de romper com estas visões que estreitam o futuro regional.

Em termos estratégicos importa testar o que impede que se tome por referência um cenário mais fecundo que implique a diversificação da economia do Algarve segundo cinco linhas ²⁹ de força que assumirão diversa prioridade em diferentes horizontes temporais:

a) Qualificar e diversificar as actividades turísticas.

Assumindo abertamente que na perspectiva do médio prazo (próxima década) não há alternativa ao papel estratégico da especialização turística, qualificam-se e diversificam-se os elementos de atracção de visitantes: através da qualificação da oferta dirigida ao turismo de férias, fundamentalmente assente no binómio sol e praia; através da ampliação do turismo de desporto; através da criação de condições para o surgimento de fortes segmentos de turismo de negócios, de saúde/recuperação, de turismo cultural ou turismo da natureza (onde se inclui, também, a caça e a pesca).

Nesta perspectiva, o golfe surge como a aposta mais imediata. Considerado um desporto de elites, o número de praticantes em Portugal ainda é reduzido. No entanto, com 63 campos em todo o território, Portugal consegue colocar 13 campos entre os cem melhores campos europeus, dos quais 6 se encontram entre os cinquenta primeiros. Este aspecto é importante e demonstra o cuidado que tem havido com a qualidade do investimento e da manutenção dos campos de golfe, constituindo um factor de competitividade.

No Algarve existem 28 campos em funcionamento (44% da oferta nacional) que ocupam 0,73% da área total dos concelhos que dispõem de instalações de golfe, estando previsto construir mais 26 ³⁰ com um investimento unitário médio de 9,9 milhões de euros. Distribuem-se por todo o litoral com especial incidência no concelho de Loulé onde se localizam 11 destas infra-estruturas.

Com uma capacidade teórica por campo avaliada em 70 080 voltas/ano e um potencial para 389 333 jogadores, o Algarve tem uma ocupação média anual de 37 227 voltas por campo, situação que tem de ser tida em conta, apesar de a sazonalidade (nalguns casos, mesmo diária) implicar picos de saturação, quando se perspectiva a construção de mais 26 campos de golfe na região.

Segundo o referido estudo, ao golfe estão associados 8.5% das receitas turísticas da região. Os mais de 200 mil turistas de golfe têm um gasto médio diário quase 80% superior à média do turista em geral, sendo que $\frac{3}{4}$ desse gasto é fora do campo de golfe. Estes números evidenciam o interesse da actividade para a região. Trata-se de um negócio que vem

28 Ribeiro, J. M. Félix Ribeiro, Portugal 2015- Internacionalização da Economia: uma Reflexão Prospectiva, DPP 2002

29 Considera-se particularmente relevante o indicado em a) e c) nos próximos 10 anos e em d) e e) a mais longo prazo.

30 Universidade do Algarve, Estudo sobre o Golfe no Algarve – Diagnóstico e Áreas Problema, Relatório Preliminar, Maio 2003

registando uma procura em crescimento sustentado, o que permite compreender a multiplicação de projectos neste domínio.

Contrariamente ao que tem sido a tendência de instalar os campos no litoral na proximidade de unidades hoteleiras de alta qualidade, começam a surgir projectos de aproximação ao interior, sem alojamento associado, embora na opinião dos operadores seja necessário ligar cada vez mais os campos de golfe ao apoio hoteleiro para elevar o número de jogadores por campo.

Ao golfe anda associada uma importante indústria de equipamentos e *souvenirs*, não sendo de excluir a possibilidade de o Algarve começar a penetrar também neste domínio.

b) *Alargar a contribuição da região na oferta de produtos e serviços complementares.*

Dos bens industriais consumidos no Algarve apenas uma ínfima parte é produzida na região. Nos serviços a situação não é tão extrema, mas em domínios como os serviços prestados às empresas verifica-se uma forte dependência do exterior. Embora as margens pareçam limitadas, a densificação das relações inter-sectoriais poderá ocorrer, nomeadamente, no que respeita a produtos alimentares, a materiais de construção, ou a serviços de manutenção e assistência.

c) *Ampliar o potencial exportador da agricultura e outras actividades primárias*

Há ingleses a produzirem agriões para o mercado londrino. Há referências a espanhóis que instalam produções de vários hectares de morangos. Há iniciativas para a recuperação dos vinhos. As estufas já ocuparam uma área mais de cinco vezes superior à actual. Existe uma quota regional para a produção de banana. A alfarroba continua a ter mercado. A produção de batata doce tem expressão para poder ter alguma forma de protecção da indicação de origem. Existe mercado para a agricultura biológica. Tudo isto, para além dos citrinos....

As potencialidade aquícolas não estão exploradas, apesar de ser o maior centro de produção de aquacultura marítima do país. No domínio da salicultura existem experiências relevantes de afirmação do produto no mercado e processos de replicação de iniciativas que se afiguram como promissores.

d) *Desenvolver um nicho de serviços para “exportação”*

O que está em causa é a produção de novos serviços destinados aos mercados extra-regionais. Embora não possam ignorar-se os factores ligados à densidade de interacção (dimensão urbana, diversidade de actores, acessibilidade internacional, participação em redes, ...), o desenvolvimento destes serviços só depende do factor humano (do seu conhecimento, do seu saber, da sua arte). A realidade Algarvia permite pensar que a região reúne condições para que nela se instalem empresas prestadoras de serviços especializados como³¹: marketing e publicidade; software e soluções informáticas; produção de conteúdos para *internet* e multimédia; serviços de engenharia e arquitectura; consultoria; *call-centers* e tele-assistência; serviços mercantis de educação; serviços mercantis de saúde ...

Nesta perspectiva, é importante combinar três trunfos fundamentais da região: (i) mão-de-obra com uma relação vantajosa em termos de custo/qualificações; (ii) o potencial formativo da Universidade; e (iii) as condições do Algarve para a fixação de profissionais bem inseridos em redes relacionais de âmbito internacional.

31 Lista indicativa: a pergunta a fazer é se, por exemplo, uma Critical Software funciona em Coimbra, porque não pode o Algarve desenvolver actividades similares?

e) Desenvolver um segmento de indústrias avançadas

A realidade económica demonstra que existe um leque vasto de actividade industriais que podem ser desenvolvidas em praticamente qualquer região. O único factor indispensável é a capacidade de iniciativa empresarial. Não há qualquer razão objectiva para que o Algarve não possa desenvolver uma base industrial dinâmica, desde que essas actividades satisfaçam três requisitos essenciais:

- valorizem os recursos humanos, de forma competitiva com as actividades turísticas;
- sejam não poluentes e qualificadoras do espaço em que se inserem;
- sejam compatíveis com produções em pequenas séries e não sensíveis às economias de escala.

A satisfação destas condições apontam para actividades que procurem menos a produção de artigos *standardizados* e mais o fornecimento de soluções com uma elevada incorporação de serviços. A título meramente exemplificativo³², referem-se algumas actividades:

- construção e reparação de equipamentos para a náutica de recreio;
- produção de automatismos para as actividades agrícolas;
- vestuário *special-purpose* feito por medida (p.e. para desporto)
- soluções integradas de decoração (incluindo mobiliário e artigos de construção);
- produção artesanal (incorporando arte e tradição) de artigos para *souvenirs*;
- indústrias ambientais (soluções para tratamento de efluentes, tratamento do ar, etc.)
- metalo-mecânica de precisão;
- edição e artes gráficas.

O desenvolvimento de um nicho de serviços de exportação e de indústrias avançadas passa, em primeiro lugar, por uma mudança de percepção: é preciso acreditar que esse desenvolvimento é possível e necessário. Depois implica a criação dos instrumentos adequados entre os quais, em primeiro lugar, ressalta a criação de um “parque empresarial tecnológico” (para as empresas/negócios e tecnológico, isto é, não para comércio e logística) enquanto espaço que permita economias de aglomeração e potencie interacções e instituição que tenha por objectivo promoção das potencialidades da região neste domínio.

Será neste quadro que, na fase posterior do trabalho, serão elaborados cenários de desenvolvimento que procurem uma nova inserção do Algarve na economia nacional e possam dar resposta aos desafios colocados pelos cenários de evolução tendencial.

No entanto, no esquema seguinte avança-se já com uma imagem gráfica da forma como é visualizada a evolução da economia do Algarve: a ampliação da base económica da região faz-se assente na diversificação dos produtos turísticos, na consolidação de uma base industrial e no surgimento de serviços de exportação e na ampliação das produções agrícolas: apenas parece necessária uma redução da dimensão do imobiliário. Note-se que não há qualquer preocupação de escala, pelo que as dimensões não correspondem a qualquer ideia de importância relativa

32 A rapidez das transformações torna limitativa qualquer elenco de actividades que se possa estabelecer. A lista apresentada poderia ser outra qualquer. Qual o grande obstáculo a que no Algarve se instale uma qualquer empresa se, por exemplo, a Dyn' Aero (Motoravia: fabrico de um avião ligeiro em kit) se instalou em Ponte de Sor?

